



## **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**BELO HORIZONTE**

**2011**

**VIVIANE RAQUEL VIEIRA**

# **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Mírian Queiroz de Souza Daniel

**Belo Horizonte**

**2011**

Viviane Raquel Vieira

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Mírian Queiroz de Souza Daniel (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 5 de julho de 2011

Dedico este trabalho aos meus filhos, ao meu namorado Danilo, minha mãe, meu pai e meus irmãos, meus amores, pessoas pelas quais eu sempre procuro ser e fazer o melhor.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente agradeço a Deus, por tudo que me concede a cada dia.

Agradeço à Secretária Municipal de Educação, Daniela e ao Prefeito Fabiano, pessoas que me apoiaram.

E finalmente a todo pessoal da UFMG, que estiveram presentes

Cobrando as responsabilidades, incentivando para que não desistíssemos.

## RESUMO

O presente trabalho aborda uma temática que está em evidência no cenário educacional. Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico, atrelado ao tema surgem os desafios para o gestor escolar, agente responsável para articular sua elaboração e implementação, uma vez que somos personagens de uma sociedade onde o poder público ainda tem marcas profundas de centralizador, onde as decisões são unilaterais, concentradas nas mãos dos “chefes”, que dão ordens, fiscalizam e querem resultados, sem levar em conta as opiniões/sugestões das pessoas sob sua liderança. Conceitos que ainda se encontram muito vivos dentro de nós mesmos. Mas, a sociedade mudou e está mudando num ritmo frenético; e o que nós conhecemos e acreditamos torna-se insuficiente e causa-nos desconforto. Nasce então o desejo e a urgência de mudança, de crescimento. O Objetivo principal é fazer uma análise crítica desses desafios e dificuldades enfrentadas pelo gestor escolar na elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico e sua utilização como um dos mecanismos que compõem a gestão democrática tão necessária nos estabelecimento de ensino, e ao mesmo tempo, encontrar caminhos para sua realização; tendo como ponto central a teoria, e aliada a ela a experiência prática como forma de superação dos desafios tanto internos quanto externos.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Projeto Político Pedagógico; Desafios para o gestor escolar.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa.....	9
1.2 Justificativa.....	10
1.3 Objetivos.....	10
2 DESENVOLVIMENTO.....	11
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
5 ANEXO .....	20
Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Professora Laura Martins”	

## INTRODUÇÃO

O cotidiano escolar muitas vezes está pautado nas urgências e necessidades imediatas. É preciso construir caminhos sólidos a partir das relações do dia-a-dia, para que a escola não perca sua identidade e não tenha sua finalidade ofuscada por situações instáveis e banais. Daí a necessidade de um projeto bem estruturado com base firme para dar significado às suas ações. Nesse sentido família e escola devem ser parceiros na organização de projetos, estudos e busca de soluções para o cotidiano com vistas no futuro. Juntos devem refletir sobre o que privilegiar, como promover maiores reflexões, quais as metodologias mais adequadas nesta ou naquela situação, como os envolvidos estão se relacionando.

“Assim a LDB traz grandes responsabilidades para os sistemas de ensino e para as escolas. Destacam-se neste âmbito, a elaboração do projeto pedagógico da escola com a participação dos profissionais da educação e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. AGUIAR. (2005 pag. 1)

## 1.1 APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.

Ao considerar o Projeto Político Pedagógico como elemento fundamental para que a escola fortaleça sua dimensão pedagógica e um instrumento que proporciona uma educação de qualidade, é certo afirmar que este fato se efetivará quando houver uma participação ativa de todas as partes interessadas: alunos, professores, famílias, equipe de liderança, demais funcionários da escola e interessados da comunidade local na sua elaboração e implementação.

“Portanto a escola é a instância apropriada para as decisões na elaboração, execução e avaliação do projeto político pedagógico, para que sejam pertinentes às necessidades e demandas educativas do contexto e das pessoas nele envolvidos. O processo adequado implica co-responsabilidade e compromisso” (WITTMAN, 1993 pág. 93).

Entretanto as escolas vem enfrentando dificuldades: gestores despreparados, inseguros e falta de conhecimento da comunidade da importância da sua participação e do tamanho do seu poder de ação, entre outras.

A partir do curso de Especialização em Gestão Escolar da Escola de gestores FAE-UFMG onde vários gestores puderam fazer um estudo mais detalhado sobre o PPP, a gestão democrática e as contribuições destes para uma educação de qualidade, surgiram a necessidade de aprofundar mais sobre essa temática à luz das teorias, para que possamos compreender melhor as discussões e mudanças que vem ocorrendo, as contribuições da participação coletiva, colegiada na elaboração do PPP, os caminhos a serem percorridos para que possa haver a transição necessária de uma gestão autoritária para uma gestão verdadeiramente democrática. Para tal, farei uma pesquisa bibliográfica tendo como referências a LDB 9394/96, o documento final da CONAE, o PPP da E.M Professora Laura Martins, além de vários textos que tratam do tema disponível na Biblioteca geral do curso da Escola de Gestores/UFMG na plataforma moodle.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A educação de um modo geral e a escola em particular passa por um período de várias exigências, um período de instabilidade, pois a palavra que mais se ouve é mudança. Mudança de conceitos, atitudes, valores e práticas, para atender as demandas da sociedade. No entanto vivenciamos no dia-a-dia uma avalanche de problemas decorrentes dessa instabilidade que estamos vivendo por não estar sabendo acompanhar a evolução da sociedade, oferecendo uma educação aquém aos anseios e necessidades dessa nova geração. Deparamo-nos com as enormes dificuldades de aprendizagem, as limitações sócio-culturais dos alunos, a falta de recursos humanos e materiais, a falta e a diversidade de interesses e limites.

“Logo precisamos mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a idéia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola” (SOUZA, et.al.2005 pág.1).

Enfim, a comunidade escolar deseja vivenciar um processo de mudança na prática pedagógica, sabendo que todos ainda tem muito que aprender. E aprender é uma ação de mudança, uma busca que se mostra contínua, presente em todas as ações da escola.

## 1.3 OBJETIVOS

- Analisar o processo de construção do PPP;
- Refletir sobre os desafios enfrentados pelo gestor escolar na elaboração coletiva do PPP como uma atitude decorrente da gestão democrática;
- Compreender os meios que torna possível superar as dificuldades em relação ao PPP e gestão democrática.
- Refletir sobre o papel do gestor escolar como mediador de práticas democráticas numa gestão democrática.

## CAPÍTULO I

### PPP– Caminho para uma gestão democrática

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 contempla que toda escola precisa ter um projeto político pedagógico e que este precisa ser elaborado coletivamente. Todos precisam estar integrados: diretor, professores, pedagogos, funcionários de apoio, famílias e comunidade do entorno da escola. Com esta participação coletiva, espera-se que o PPP se torne a identidade da escola, abordando seus pontos fortes e fracos, e apontando caminhos para superar as adversidades. Ele precisa contemplar as reais necessidades e expectativas das pessoas as quais participam do processo educativo, pois, só assim esse projeto será significativo e proporcionará uma educação de melhor qualidade social.

Embora o Projeto Político Pedagógico seja considerado a base sólida que dá sustentação às ações da escola para que esta cumpra sua função social, podemos considerar que este instrumento assumiu de fato um espaço pouco expressivo nas instituições escolares. Podemos constatar que as escolas (a maioria) que tem seu PPP elaborado, estes não seguiram os parâmetros recomendados, tornando-se ociosos, dissociados da realidade fortalecendo assim o conceito de escola autoritária, centralizadora e excludente; apresentando trabalhos assistemáticos, fragmentados e resultados insatisfatórios. AZEVEDO (2004) afirma que a má gestão foi tomada como praticamente a causa de todos os males que afetam os processos de ensino e aprendizagem.

Diante de tudo isto precisou rever a relação da Escola Municipal “Professora Laura Martins” e seu Projeto Político Pedagógico desde sua criação, na intenção de compreender e reconhecer seus avanços ao longo dos anos, procurando adequá-la ao novo contexto educacional onde a gestão é democrática, compartilhada.

O primeiro PPP da E. M. “Professora Laura Martins foi elaborado no ano em que a escola começou o seu funcionamento, em 1996. Sua elaboração ocorreu de forma restrita pela Secretaria Municipal de Educação, às margens da comunidade escolar; principais interessados que desconheciam a existência do documento. Alguns anos mais tarde, em 2004, foi elaborado o segundo PPP

da escola. Desta vez elaborado com uma participação mais ampla: professores, pedagoga da escola e diretora, auxiliados por uma consultora da Superintendência Regional de Ensino. Mas, este também não teve impacto, acabou sendo desconsiderado e esquecido no armário da secretaria. Questionados sobre o PPP, muitos desconheciam sua existência. Os anos foram se passando, o espaço, os sujeitos da aprendizagem, os profissionais, as famílias, as expectativas foram mudando, contudo o projeto político pedagógico continuava o mesmo, desconhecido, estático. Em 2006, chegou uma nova consultora para assessorar os trabalhos da direção com o objetivo de reestruturar o Regimento e o PPP da escola. Houve então um retrocesso em relação a 2004, os dois documentos foram reestruturados pela direção e supervisão da escola. E a escola continuou sua trajetória de gestão centralizadora, autoritária, cujas decisões se concentravam nas mãos do diretor e pedagogas aliadas à Secretaria Municipal de Educação. O PPP continuou insignificante aos olhos da comunidade escolar. E assim permaneceu até 2009. Neste ano, a escola teve um grande progresso. Elaborou o seu PDE de forma coletiva envolvendo todos os seus profissionais, e algumas famílias. Ao detectar as forças e fraquezas da escola, surgiu a necessidade de reestruturar o PPP e tê-lo como instrumento que valida e norteia as ações da escola. A Falta de conhecimento trouxe insegurança sobre como fazer. O PPP nunca foi comum à escola, embora existiu desde 1996. Não tínhamos certeza a respeito do que deveria conter um projeto político pedagógico, como articular a participação das pessoas. Neste contexto surgiu em 2010 a Escola de Gestores. Através do Curso, os gestores puderam refletir sobre a prática, através de muitas leituras em cada sala ambiente, trocaram experiências nos diversos fóruns disponíveis, se orientaram com os professores-formadores. Pudemos compreender muitos processos que possibilitam melhorar a prática do gestor e conseqüentemente da escola; dentre eles orientações na elaboração do PPP como um dos instrumentos que favorecem a gestão democrática nas escolas. Realizamos então em 2010, um estudo do PPP com a participação dos profissionais da escola, representantes da Associação de Pais e Mestres, e algumas famílias. Essas pessoas foram subdivididas em grupos mistos, e o PPP dividido em partes, onde cada grupo analisava uma parte. No final os grupos apresentavam de forma sucinta e propunha

alterações ou não e a decisão final acontecia após a apreciação do grupão. Dessa maneira o PPP é o coração que dá vida e movimenta a instituição. A escola não pode permanecer inerte, isolada, fechada em seus muros, restrita às decisões de alguns e desinteressante para os seus usuários. “As transformações que surgiram tanto no interior do sistema do ensino quanto no meio social provocaram mudanças na concepção da educação, do papel da escola na sociedade bem como dos seus gestores” (GONÇALVES. et.al.2001 pag.27).

Desde então o PPP saiu das gavetas para subsidiar as ações no âmbito escolar, todos tem conhecimento do mesmo e o tem como norteador de suas ações. A escola passou a trabalhar com metas, medidas e ações definidas, dividindo assim as responsabilidades, pois, para execução de cada ação foi escolhido um responsável. O projeto vem sendo implementado através de várias ações. Abaixo, citamos alguma delas:

- Criação e implementação de projetos pedagógicos anuais de leitura e escrita;
- Reuniões pedagógicas semanais para estudo troca de experiências e planejamento;
- Planejamento anual dos professores alinhados ao PPP;
- Implementação de um sistema de avaliação interna diagnóstica para os alunos;
- Reagrupamento temporário para os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem; (turma de reforço)
- Ampla divulgação dos resultados (dados tabulados e afixados nos painéis de desempenho da entrada da escola e nas salas de aula);
- Coleta de expectativas das partes interessadas sobre o trabalho da escola;
- Aplicação de pesquisas de satisfação e efetividade em relação à escola;
- Uso do portfólio por todos os alunos e funcionários da escola;
- Envolvimento da APM nas questões pedagógicas além das financeiras;
- Realização de palestras, oficinas e eventos com a participação das famílias.

Todas essas ações refletiram em redução dos índices de reprovação, maior participação das famílias em reuniões e eventos da escola, melhoria considerável do nível de leitura e escrita, planejamentos mais focados no aluno. Diante do exposto, podemos afirmar que não seria possível se a gestão não estivesse seguindo os preceitos da gestão democrática.

“Hoje, mais do que nunca reivindicam-se e esperam-se melhorias também na qualidade dos serviços educacionais de modo geral e de formação básica de modo particular, apostando e considerando a capacidade de cada pessoa para a construção do conhecimento, na condição de agente, de sujeito que pensa, age, faz, reflete”(GONÇALVES et.al.2001 pág.21).

Contudo a mudança ocorre a partir do momento que sentimos desconforto em relação a alguma situação. Vivemos períodos tensos, de muito trabalho, reuniões constantes, ações determinadas com prazos estabelecidos, insegurança e alguns conflitos. “No entanto, é necessário ressaltar que toda mudança exige tempo, informações atualizadas e compromissos com a mesma” (NETO. et.al. 2000 p.42).

## CAPÍTULO II

### GESTÃO DEMOCRÁTICA E PPP

#### Desafio para o Gestor Escolar

Acreditar na gestão democrática como essencial à oferta de uma educação de qualidade social, é conceber a participação ativa dos segmentos da comunidade escolar e interessados da comunidade local, é possibilitar o fortalecimento dos órgãos colegiados na escola, é buscar incessantemente a autonomia administrativa, pedagógica e financeira. Como nos assegura Cury (2006):

“Logo, a gestão do Projeto Pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para um outro princípio constitucional da educação que é a garantia do padrão de qualidade”(CURY,2006, pag.11).

Surgem então os desafios para o gestor educacional diante de tantos entraves.

Primeiramente precisamos ultrapassar as barreiras das nossas verdades cristalizadas. Navegar no interior de nós mesmos. Só será possível através do contato com várias teorias, da busca de conhecimentos e das reflexões as quais seremos submetidos. Precisamos antes de tudo nos sensibilizar, e buscar argumentos seguros. Refazer os conceitos demanda ser flexível, inovador. Só assim conseguiremos motivar as pessoas sob nossa liderança e

abrir o espaço da escola para as discussões e decisões coletivas. Nesse sentido GONÇALVES et.al.(2001) diz:

[...] as instituições de ensino atuais necessitam de líderes capazes de trabalhar e facilitar a resolução dos problemas em grupo, ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e adquirir as habilidades necessárias e ainda delegar autoridade e descentralizar o poder (GONÇALVES. et. al.2001 pág.45)

O segundo ponto que merece destaque se refere à participação efetiva dos órgãos colegiados. Contrapondo à necessidade da participação encontramos o fator tempo, ou seja, a falta de tempo disponível para participar. Participar significa presença, discussão coletiva. As pessoas não abstraem sua participação como prioridade, e tudo acaba sendo mais importante que discutir acerca das vivências da escola. Se as reuniões acontecem durante a semana deparamos com o acúmulo de cargos nas escolas, com o período de trabalho das famílias; se as reuniões acontecem aos sábados, a justificativa da ausência se dá pelo fato deste ser o dia para estar com a família e resolver assuntos de cunho pessoal. As reuniões acabam acontecendo com pouca participação dos membros.

A E. M. “Professora Laura Martins” conta com a Associação de Pais e Mestres, esta é composta pelos segmentos de pais, professores, funcionários de apoio e diretor escolar. De acordo com seu estatuto, as reuniões ordinárias devem acontecer mensalmente e as extraordinárias sempre que necessário. Essa determinação só tem sentido se tiver a frequência de cinquenta por cento mais um de seus membros. No processo de escolha dos representantes de cada segmento, percebemos que as pessoas não querem assumir responsabilidades e acabam elegendo “qualquer um” para representá-los, sem critérios. Alguns membros mostram-se omissos ou passivos desfavorecendo o processo, e minimizando o desempenho das funções da APM. Isso ocorre por que as pessoas não querem se comprometer; comprometer seu tempo, comprometer sua imagem; comprometer suas relações com a liderança ou com os amigos. Muitos não demonstram iniciativa, e não conseguem ser imparciais, optando pela neutralidade. E há ainda aqueles que acham que não são obrigadas a resolver “problemas” da escola, por que não são pagas prá isso, e que a liderança está querendo transferir as responsabilidades que são suas. Contrapondo ainda à participação ativa dos conselheiros, está o pouco conhecimento destes no que se refere às funções dos conselhos escolares.

Cabe às Secretarias de educação e às escolas capacitar os seus conselheiros. O MEC disponibilizou o material, contudo a capacitação não ocorreu. Esse fator também contribui para a participação ineficaz e muitas vezes omissa dos órgãos colegiados na escola.

“A organização dos **conselhos** necessita, pois: superar a fragmentação comumente existente nos órgãos colegiados, articulando suas diferentes funções em um conselho de educação fortalecido; equilibrar a função normativa com a de acompanhamento e avaliação da sociedade; trazer a discussão de políticas para os conselheiros; instituir uma composição que reconheça a pluralidade de saberes e contribuições, de modo a refletir a diversidade dos/das agentes e sujeitos políticos do campo educacional e para além deles/delas; que os mandatos dos conselheiros e das conselheiras não sejam coincidentes com os dos gestores/as [...]” (DOCUMENTO FINAL DA CONAE-2010 p.45).

O terceiro ponto, talvez o mais difícil, é que nas escolas municipais especialmente nas cidadezinhas do interior, ainda há uma grande influência dos poderes públicos, o que limita muito as ações das mesmas. São recursos mal empregados, pouca ou nenhuma seleção de seus profissionais, resultando num excesso de contratos que muitas vezes não suprem as reais necessidades, as atitudes da escola não podem contrapor aos interesses politiqueros, a avaliação de desempenho dos profissionais são desconsideradas, entre outros. Muitas vezes conhecemos as causas e as conseqüências de muitos problemas, mas somos limitados no que se refere à ação sobre os mesmos, diria até que muitas vezes somos oprimidos, e a educação acaba a mercê dos interesses de poucos, comprometendo assim a efetividade da gestão democrática nas escolas.

Em meio a tantos desafios, o gestor escolar precisa ser um articulador de todo processo de elaboração do PPP, resguardando o seu caráter democrático para que não se torne novamente um amontoado de papel e idéias insignificantes. Delegar, compartilhar as responsabilidades, estimular o surgimento de novas lideranças na escola, além de possibilitar o desenvolvimento das metas e ações por cada grupo responsável; o gestor precisa ter uma visão estratégica e ser o coordenador de todo o processo. GONÇALVES et.al.(2001) afirma que um líder participativo é um facilitador e estimulador da participação dos pais, alunos, professores e demais funcionários, na tomada de decisão e implementações de ações: promotor da comunicação aberta, demonstrador de orientação pró-ativa. Construtor de

equipes participativas, incentivador da capacitação e desenvolvimento dos funcionários e de todos da escola. Criador de clima de confiança e receptividade; mobilizador de energia, dinamismo e entusiasmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o estudo realizado, toda a análise feita, podemos afirmar que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento da gestão democrática nas instituições. Ele deve contemplar a estrutura organizacional da escola nos seus aspectos físicos, administrativos e pedagógicos; deverá transparecer as finalidades da educação, as relações de trabalho, o tempo escolar e a avaliação. Tudo de forma dinâmica, contínua e processual. É certo que tudo isto só terá sentido se suas metas e ações forem definidas pela comunidade escolar, dentro suas especificidades; e ainda deverá atender às expectativas das partes interessadas.

Ao (re) elaborar o PPP, é preciso ter uma visão clara da força que tem as decisões coletivas pautadas nas reais necessidades dos envolvidos no processo educativo. OLIVEIRA et.al (2007) afirma que:

A efetivação da gestão democrática implica ações compartilhadas que resultem na participação de todos, contrariando a lógica cartorial e hierárquica vigente na gestão das escolas. Não se muda a cultura escolar sem o trabalho coletivo, mas com discussões conjuntas e a busca de resolução dos problemas de modo participativo. (OLIVEIRA et al. 2007, p.7).

Nosso grande desafio é efetivar a gestão democrática de modo que faça parte da rotina escolar. Que não seja uma rotina de ações isoladas, e sim, de ações contínuas, alinhadas com todos os segmentos do processo educativo na escola: Secretaria Municipal de Educação, equipe de liderança da escola (direção e serviço pedagógico), professores, serviço de apoio, alunos e famílias.

Diante do exposto, é necessário que se estimule a capacidade de ouvir, discutir, descobrir, interpretar as situações e inferir. O PPP é o caminho que permite desencadear todo esse processo; sendo assim alinha o trabalho e o torna significativo. Contudo, é fundamental que se desenvolva com toda a comunidade escolar um trabalho que lhes possibilite interagir de forma cooperativa em torno das questões escolares. Essa interação deverá ocorrer de forma reflexiva e participativa com vistas a valorização e reconhecimento do trabalho coletivo, da auto-estima e bem-estar de cada um, para consolidar as

relações interpessoais. Nesta perspectiva, o gestor precisa conquistar a confiança de todos e trabalhar pautado na ética e no diálogo. Conforme analisa Gonçalves et al.(2001) a gestão democrática é uma gestão que envolve todos os sujeitos participantes da vida escolar:

Nesta gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar, quanto é a presença de professor e alunos. GONÇALVES et.al. (2001 p.31)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

CONAE. **Conferência Nacional da Educação Básica Brasileira**. Brasília, Documento Final, Brasília: Ministério da Educação. 2010.

**ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSORA LAURA MARTINS” – Projeto Político Pedagógico**, Augusto de Lima, 2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Documento em aberto do INEP**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/05/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/05/2011.

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/05/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/05/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **O Direito à educação: Um campo do gestor educacional na escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Retratos da escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 08/06/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Disponível em [http://nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/gestao escolar.pdf](http://nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/gestao_escolar.pdf). Acesso em 13/06/2011



# **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSORA LAURA MARTINS”**

VIVIANE RAQUEL VIEIRA

BELO HORIZONTE

2011



escola de **gestores**  
da educação básica

VIVIANE RAQUEL VIEIRA

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSORA LAURA MARTINS”**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado a Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Educacional.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Mírian Queiroz de Souza Daniel

BELO HORIZONTE

2011

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	04
2. FINALIDADES DA ESCOLA.....	10
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
4. CURRÍCULO.....	29
5. TEMPO ESCOLAR.....	31
6. PROCESSO DE DECISÃO.....	33
7. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	34
8. AVALIAÇÃO.....	35
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

## 1- INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996, Lei Federal nº. 9394 explicita a educação, como dever da família e do Estado. Inspirada nos princípios de liberdade e apreço à tolerância e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o desenvolvimento global do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O grande desafio para a educação dos alunos é o de proporcionar-lhes hábitos e ferramentas intelectuais que os ajudem a compreender grandes princípios como: solidariedade, justiça, democracia, respeito às diferenças e ao meio ambiente. Educar para a solidariedade e para cidadania é, portanto, formar indivíduos críticos e conscientes, que querem e podem tornar-se atores das suas vidas, do seu conhecimento e desenvolvimento. Isso exige conhecimento do lugar onde se vive e do mundo em geral. A educação para cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e reflexão dos alunos, contemplando a complexidade do tema através de uma dinâmica que lhe dê a mesma importância das demais disciplinas. O processo educativo desejado é aquele que promova uma educação de qualidade, partindo das vivências e realidade na qual estão inseridos os alunos e contextualizando-as de acordo com as diferentes realidades locais, regionais e globais. Não esquecendo também de garantir oportunidades educativas visando o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, focando em especial o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida – a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas, a interação, as questões ambientais, a cidadania e a saúde, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e a convivência social. “Todavia, isto tudo, como comentamos, pode significar muito pouco, particularmente se o princípio democrático não estiver sustentando a organização dessas instituições” (SOUZA et.al).

## **1.1 Apresentação**

O mundo em que vivemos exige das pessoas habilidades para conviver com situações complexas do ponto de vista social e político. Preocupados com a formação sócio-cultural dos alunos e com a construção de competências básicas que situam o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho o coletivo da Escola Municipal “Professora Laura Martins” elabora seu Projeto Político Pedagógico, como um referencial de sua prática buscando inovações que favoreçam um ensino de qualidade.

Para isso todos os profissionais se comprometerão com a consolidação de um processo permanente de planejamento, buscando a reflexão, a sistematização, a continuidade, a seqüência e a interligação com todos os setores da Escola partilhando suas idéias coletivamente. Desta forma, a Escola Municipal “Professora Laura Martins” implementará no seu dia a dia novas atividades, coerentes com as necessidades de sua clientela, com base no referencial teórico metodológico que melhor atenda a estruturação do processo Ensino Aprendizagem.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública (OLIVEIRA 2005).

## **IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA**

### **Escola Municipal “Professora Laura Martins”**

#### **1 – Localização:**

Rua: Gabriel Félix, 1435

Bairro: Planalto

Augusto de Lima-MG

CEP: 39220000

e-mail: escolalauramartins@yahoo.com.br

Tel: (38)37581299

#### **2 – Terreno**

Área: 6.120 m<sup>2</sup>

Aquisição: Compra (Ilídio Félix de Godoy)

Recursos: Próprios

### **3- CÓDIGO DO INEP: 31251241**

#### **HISTÓRICO**

##### **Objetivo da criação da Escola:**

Atender à meta governamental: nuclear as escolas rurais, para terem melhor qualidade de rede física, alimentação, atendimento pedagógico em prol de uma educação de melhor qualidade.

##### **Ato Normativo de autorização e Funcionamento**

Com a parte física construída, o mobiliário em andamento, ao mesmo tempo montando a documentação necessária, tivemos no Diário do Executivo, sábado 13/01/1996 à página 14, sob o nº. 60/96 do parecer, e 23642 do processo a resposta afirmativa para a criação e funcionamento da referida Escola. Para complementar, sob a Portaria de nº. 169/96, que fundamentada no Parecer supracitado, é publicada pela 10ª SRE de Curvelo no Diário do Executivo, quarta-feira, 07/02/96, à página 15 col. 02, autorizando o funcionamento da Escola Municipal “Professora Laura Martins” - Ensino Fundamental de (1ª à 8ª séries)

**1996** - 1º ano de funcionamento da Escola, onde atendemos de 1ª à 4ª séries, recebendo os interessados aqui residentes e os alunos das Escolas Municipais Rurais Nucleadas:

- 01 – “Manoel de Souza e Silva” em Poções – (1ª à 3ª séries);
- 02 – “Justiniano Pereira Ramos” em Mangal – (1ª à 4ª séries);
- 03 – “José Emiliano Filho” em Espinho – (1ª à 3ª séries);
- 04 – “Placidino Martins de Vasconcelos” em Canabrava – (1ª à 2ª séries);
- 05 – “Paulo Gonçalves de Oliveira” em Rio Pardo – (1ª à 3ª séries);
- 06 – “João Martins Júnior” em Lajes – (1ª à 3ª séries);
- 07 – “Pacífico de Vasconcelos” em Lagoinha – (1ª à 3ª séries);
- 08 – “Manoel Lopes Vieira” em Mocambo – (1ª à 4ª séries);

Iniciamos então, de 1ª à 4ª séries, em 1996, de acordo ao CDE (Coleta de Dados Educacionais), com 07 turmas, num total de 180 alunos. A 5ª série também aconteceu no ano de 1996, sem nenhuma nucleação, mas atendendo da mesma forma, os aqui residentes e interessados, como todos os da zona rural, dentro ou fora da faixa etária, que por “n” motivos, nunca haviam tido a oportunidade de fazer acontecer. O transporte escolar em nosso

município iniciou aí o seu paralelo à Educação. Começamos com 04 turmas, num total de 160 alunos.

Diante de toda a reflexão, planejamento a ação, realizamos um trabalho, com este resumo: 1996 1º ano de funcionamento da E. M. “Professora Laura Martins”, com 340 alunos de 1ª à 5ª série.

Atualmente, a escola atende a 685 (seiscentos e oitenta e cinco) alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, de classe média baixa, são filhos de lavradores, diaristas e funcionários públicos municipais os quais tem renda familiar entre um e três salários mínimos. Muitas famílias são beneficiadas pelos programas federais como bolsa renda, bolsa família etc. Verificamos ainda muitas famílias analfabetas, ou com o ensino fundamental incompleto, uma parcela mínima destas, possui curso superior. Os alunos estão divididos em 23 turmas. São 12 turmas de manhã e 11 turmas à tarde. Em média, 60% desses alunos residem na zona rural do município. A escola enturma os alunos formando grupos heterogêneos. Com relação ao processo ensino-aprendizagem os alunos se encontram em níveis intermediários. Muitos alunos que necessitam de acompanhamento não dispõem de tempo extra devido o motivo de residirem na zona rural, então os professores recuperadores os acompanham paralelamente no horário regular das aulas. O ambiente escolar é muito bem cuidado, um ambiente limpo, arejado e bem iluminado. A merenda é de ótima qualidade, rica e balanceada acompanhada pela nutricionista. Tudo isso tem relação direta com a saúde preventiva. Esta é trabalhada através de palestras, campanhas, programas e projetos em parceria com outros setores além de conteúdos em sala de aula.

A participação da família ainda é precária, as reuniões e os eventos promovidos pela escola contam com uma participação mínima. O que deixa claro a grande urgência de estimular e promover a integração família-escola. Os valores, hábitos, costumes e desejos da comunidade precisam ser mais bem conhecidos pelos profissionais da escola, para que os mesmos sejam incorporados ao seu PPP.

**Dona Laura Martins da Silva - Patrona da Escola**

**\* 07-01-32**

**+ 23-06-77**

Laura Martins, filha do fazendeiro Placidino Martins de Vasconcelos e Xista Madureira de Carvalho, nasceu na Fazenda da Lagoinha, distrito de Augusto de Lima, município de Buenópolis. Em sua fazenda, para seus filhos e os de seus colonos, sempre havia um professor contratado, para ministrar-lhes os ensinamentos básicos da leitura e da escrita, sem qualquer obrigatoriedade oficial. Laura Martins tornou-se amiga do professor Frederico, recebendo dele, noções culturais, que muito lhe enriqueceram. Foi neste ambiente de trabalho, de estudos e de leitura, que nasceu e cresceu Laura Martins. Daí, sua vocação e interesse pelo ensino. Seu 4º ano primário (estágio importante da época) foi concluído na cidade de Corinto, devido à facilidade de acomodação, em relação às amizades, que seus pais mantinham naquela cidade. Voltando à fazenda, aos 14 anos, começou a lecionar na Escola Rural Mista Municipal “Pacífico de Vasconcelos” construída por seu pai, que lhe deu tal nome, homenageando seu avô, Pacífico Martins de Vasconcelos. A regularização da Escola, junto à Prefeitura de Buenópolis, também é mérito de seu pai. Aí trabalha com entusiasmo, compromisso e sucesso de 1946 a 1951, quando se exonera, pelo casamento com o Sr. José Carmindo da Silva, que se dá em 23/05/1951, na Igreja Matriz de Corinto. Em 1956, por consequência do retorno de moradia à fazenda de seu pai, também reinicia suas atividades de professora rural. Este retorno, sem saber ao certo as causas, teve sua paralisação em 14/12/1956.

No primeiro semestre de 1959, fez um Curso de Atualização em Buenópolis, patrocinado pela Prefeitura. Dando seqüência aos estudos, em 18/08/1959, foi para Conselheiro Mata, por mais 06 meses, para uma especialização num Centro de Treinamento para Professores Rurais. Distante da família por 06 meses calcula-se as dificuldades vividas, e ao mesmo tempo a vocação, e o compromisso dedicado para galgar a vitória. Cheia de novas idéias e métodos, reabriu a Escola em fevereiro de 1960, trabalhando com dedicação e afincos, por 02 anos, sem nenhuma remuneração. Ali, com muito idealismo e abnegação vocacional, permanece até 1966. Em 1967, com o registro de: Regente de Ensino Primário, Padrão MAI, e MASP 80132, a ela conferido pela Secretaria de Estado da Educação, muda-se para Augusto de Lima, já emancipada, e integra-se na Escola Estadual aqui existente. Durante 08 anos que ainda viveu e dedicou-se ao ensino, Laura Martins continuou

sendo o exemplo, dedicado à profissão que abraça. Em junho de 1975, muda-se para Belo Horizonte, mesmo se encontrando licenciada, para tratar da saúde já abalada, começou o Curso Supletivo e um Curso de Habilitação ao 1º Grau, novamente em Conselheiro Mata, e depois, na Fazenda do Rosário, em Ibirité, na célebre Escola de Helena Antipoff, conhecida internacionalmente, pelos revolucionários métodos de ensino. Em 23 de junho de 1977, às vésperas de requerer sua aposentadoria, faleceu na Santa Casa de Misericórdia em Belo Horizonte, vítima de aneurisma.

A luta pela educação, pelo ato de ensinar, sempre lhe foi um prazer e uma paixão. Por tudo isso **LAURA MARTINS**, resta-lhe a legitimidade e o consolo desta homenagem póstuma, perpetuando o seu nome, a sua lembrança e a sua dedicação incansável ao bem estar de sua semelhança.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

O processo educativo deve promover o desenvolvimento na medida em que propõe ao aluno a produção do seu próprio conhecimento, com ênfase na autonomia e independência intelectual.

Preocupados com a qualidade de ensino oferecido aos seus alunos, o coletivo da Escola Municipal “Professora Laura Martins” sente a necessidade de planejar e executar sua Proposta Pedagógica tendo como diretrizes gerais e orientadoras os seguintes princípios: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Para tal, deverá implementar sua Proposta Pedagógica, definir suas intenções educativas e operacionalizá-las, para formar um novo perfil de cidadão. Nós educadores temos o compromisso de abrir o desafio de problematizar, enfrentar as contradições, apontá-las, operá-las, conduzindo o processo através da ação-reflexão-ação. Assim a nossa Proposta Pedagógica será um processo em permanente construção, pois à medida que formos alcançando objetivos e metas, ocorrerá a reconstrução, através de novas estratégias, sendo sempre possível o aperfeiçoamento da política educativa.

O Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da

realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. Enquanto processo, implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo; e vai além: supõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhada da análise dos resultados.

“De modo geral, vale a pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da auto-crítica, pautados no respeito às diferenças, em relação as práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas”(OLIVEIRA 2005).

## **2. FINALIDADES**

O PPP é um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. Implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo; e vai além: supõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhada da análise dos resultados.

“O planejamento da escola se concretiza pela elaboração de seu Projeto-Pedagógico. (...) deve pautar-se pelo princípio da busca da unidade entre teoria e prática e se institui como momento privilegiado de tomada de decisões acerca das finalidades da educação básica. O planejamento no âmbito da unidade escolar caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática da realização desse trabalho” (SOUZA, 2005).

Sendo o PPP uma forma de construir coletivamente o sentido para as ações da escola, apresentamos a seguir suas finalidades:

- Resgatar a intencionalidade da ação (marca essencial humana), possibilitando a (re) significação do trabalho;
- Ser um instrumento de transformação da realidade; validando as decisões da coletividade;

- Ajudar a construir a unidade (e não a uniformidade); superar o caráter fragmentário das práticas em educação, possibilitando a continuidade da linha de trabalho na instituição;
- Propiciar a racionalização dos esforços e recursos (eficiência e eficácia), utilizados para atingir fins essenciais no processo educacional;
- Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões, avançando na autonomia e na criatividade.

## **2.1. MISSÃO DA ESCOLA**

Garantir aos alunos do Ensino Fundamental o domínio das competências básicas, o fortalecimento da área afetiva e o desenvolvimento da capacidade de se adequar às diferentes situações de convívio social. Para tal, investimos na qualificação profissional, nas relações interpessoais e no fortalecimento do trabalho coletivo, focados numa educação de qualidade.

## **2.2. OBJETIVOS DA ESCOLA**

### **2.2.1 Objetivo Geral**

Formar plenamente os educandos, tendo como eixo norteador os quatro pilares propostos pelo relatório da UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI:

**APRENDER A SER:** A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa - corporeidade, inteligência, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritual, formando o educando para a construção de pensamentos autônomos e críticos, e possa formular seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir ante os diferentes desafios da vida.

**APRENDER A CONVIVER:** Pauta-se numa educação mais aberta ao diálogo e ao desenvolvimento do espírito crítico, ao processo de formação de um homem disposto a viver e trabalhar numa sociedade solidária.

**APRENDER A CONHECER:** Enfatiza a importância do domínio dos próprios instrumentos de conhecimento para compreender o mundo, já que isso é necessário para viver dignamente. Fundamenta-se no prazer de compreender, de conhecer, de descobrir. Supõe-se, sobretudo, aprender a aprender, o que requer a construção de estratégias de atenção, memória e de pensamento para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida.

**APRENDER A FAZER:** Enfatiza-se pela mobilização e desenvolvimento de capacidades de como adaptar-se a um novo contexto de trabalho mais participativo, de natureza mais intelectual e que exige uma sólida base tecnológica.

### **2.2.2 Objetivos Específicos**

- Garantir um ensino interdisciplinar de qualidade, desenvolvendo a consciência crítica, habilidades, atitudes e valores para a construção de uma sociedade justa e fraterna.
- Assegurar aos alunos sua permanência na escola oferecendo-lhes o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.
- Possibilitar condições e oportunidades necessárias para que os alunos dominem os códigos culturais básicos da modernidade, desenvolvam habilidades humanas para resolver problemas ampliando sua visão de mundo.
- Incentivar o desenvolvimento de projetos contextualizados, coerentes com a realidade dos educandos.
- Privilegiar a criação de um ambiente afetivo, como condição fundamental para a aprendizagem e oferecer oportunidades para o lúdico-movimento em direção ao prazer de aprender, fazer e construir.
- Desenvolver os conteúdos por meio de atividades, situações e vivências diversificadas que privilegiem a construção, reconstrução e transformação do conhecimento.
- Promover encontros destinados à atualização e ao aperfeiçoamento do corpo docente, propiciando a integração das atividades pedagógicas.
- Estabelecer estratégias de recuperação para alunos com rendimento insatisfatório.
- Trabalhar na perspectiva da educação inclusiva.
- Estimular e estreitar os laços/parcerias entre escola-família e a escola-comunidade.

- Estimular a prática democrática nas ações gestoras, promovendo a integração de todos os segmentos da escola na realização de um trabalho coletivo, participativo e cooperativo;
- Fortalecer a autonomia da Associação de Pais e Mestres ampliando a sua participação nas ações pedagógicas da escola.

### 2.3 PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A ESCOLA

**Ético-** autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum;

**Estético-** sensibilidade, criatividade e diversidade de manifestações artísticas e culturais;

**Político-** direitos e deveres da cidadania, exercício da criatividade, respeito à democracia.

Assim, o PPP deve ser planejado e desenvolvido de modo que os educandos participem de forma significativa e contextualizada contribuindo para a formação do sujeito.

### 2.4 VALORES

- Educação orientada para a aprendizagem

Investimos no trabalho coletivo, cooperativo, enfatizando a aprendizagem dos alunos.

- Valorização de professores e funcionários

Incentivamos a qualidade de nossas relações interpessoais, capacitamos e buscamos incessantemente a qualificação de nossos profissionais.

- Respeito pela diversidade e valorização das diferenças.

Proporcionamos hábitos e ferramentas intelectuais que ajudem nossos alunos a compreender princípios como solidariedade, justiça e respeito às diferenças.

## 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 3.1. Estrutura Física

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE
Salas de aula	12
Diretoria	01
Secretaria	01
Serviço pedagógico	01

Biblioteca	01
Sala de recursos multifuncionais (AEE)	01
Sala de Professores	01
Sala de informática	01
Refeitório	02
Quadra descoberta	01
Sanitários para funcionários	02
Sanitários para alunos	12
Cantina com despensa	01

O prédio escolar todos os anos passa por reformas. No ano de 2008, renovou toda pintura, deixando-a mais colorida. Em 2009, reformou a cantina, a sala de professores foi ampliada, organizando melhor os espaços; 2010 foi pintado o refeitório principal e foram construídas rampas de acesso; em 2011 chegou a vez dos banheiros dos alunos, além de estarem em número insuficiente para atender a demanda, estão em precárias condições de uso.

**As salas de aula** todas possuem cortinas, armários, quadro, são bem iluminadas e arejadas, mas, em períodos muito quentes, sente-se a falta dos ventiladores. Quanto às carteiras e cadeiras, necessita-se adquirir um pouco mais, pois, algumas não estão num bom estado de conservação.

**A Biblioteca** é um espaço bem pequeno, insuficiente, mas tem ótimo acervo literário e de pesquisa. Temos espaço para colocar apenas uma mesa com seis cadeiras. Pois o espaço restante é para as prateleiras e os armários.

**Sala de Recursos Multifuncionais** é uma sala pra atendimento educacional especializado, é uma sala bem estruturada, com um espaço adequado. Nesta sala, temos 02 computadores, impressora a laser, scanner, bancadas para computadores, cadeiras, armário além de diversos materiais lúdicos;

**Sala de informática** foi estruturada de acordo com as exigências do PROINFO, mas ainda não recebemos os computadores, com previsão de chegada até o final de junho.

**Refeitório** é um espaço adequado quanto ao tamanho, a pintura tem motivos de frutas e alimentos, além de poesias sobre alimentação saudável; mas o mobiliário é insuficiente, falta mais mesas e assentos.

**A cantina** está adequada, oferece boas condições de higiene e acondicionamento dos alimentos, tem um freezer, uma geladeira industrial, tem bancadas para facilitar a movimentação e ganhar mais espaço; o vasilhame atende as necessidades; tem um tanque para vasilhas e um tanque apenas para higienização de alimentos.

**A horta** cultiva durante o ano todo muitas verduras e legumes que enriquece a alimentação dos alunos.

**A quadra** está inadequada, por ser descoberta, restringe o seu uso, ou por causa do sol intenso, ou por causa da chuva, além de buracos no piso e de danificações na tela.

**A secretaria, Diretoria, Sala de Professores e serviço pedagógico** são espaços adequados, mas faltam computadores para os professores e supervisores pedagógicos.

**Recursos Materiais auxiliares:** 03 computadores para uso administrativo, 02 computadores e 01 notebook para uso do aluno conectados à internet banda larga, 01 câmera fotográfica digital, 02 televisores, 02 micro system, 02 mini system, 02 DVDs, 01 caixa amplificada, 01 retroprojeto, 01 antena parabólica, 01 máquina xerográfica, 03 impressoras a laser comum, 01 impressora a laser colorida, 01 impressora matricial. Além de papéis diversos e outros comuns à escola.

### **3.2. Estrutura Financeira**

Todos os anos a escola recebe uma verba do PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola, e promove festas onde são arrecadados recursos com a finalidade de atender as necessidades básicas da escola, especialmente no que se refere ao pedagógico, aquilo que impacta diretamente na aprendizagem dos alunos. A Associação de Pais e Mestres analisa as prioridades da escola, e a partir delas delibera o que será adquirido tanto com o recurso de capital quanto o de custeio.

### **3.3 Estrutura administrativa**

Compõe o quadro de recursos humanos da Escola Municipal “Professora Laura Martins:

- \_01 Diretor
- \_02 pedagogos
- \_31 professores regentes
- \_02 professores de apoio
- \_01 secretária escolar
- \_02 auxiliares de secretaria
- \_02 auxiliares de biblioteca
- \_02 zeladores
- \_04 cantineiras
- \_10 auxiliares de serviços gerais

### **Direção**

A direção deve ter por função ser o grande elo motivador, das políticas públicas e integrador, articulador dos vários segmentos, internos e externos da escola, cuidando da gestão democrática, para que as decisões venham a acontecer de forma participativa, compartilhada. Não se trata de um papel apenas burocrático-administrativo, mas de uma tarefa de articulação, de coordenação, de intencionalização, que, embora suponha o administrativo, o vincula à prática das ações pedagógicas.

### **Supervisão**

Os supervisores e professores devem ser parceiros na organização de projetos, estudos e busca de soluções para as dificuldades do cotidiano. Juntos, devem refletir sobre o que privilegiar em determinada atividade, como promover maiores reflexões entre os alunos, que metodologias são mais adequadas nesta ou naquela situação, ou como os alunos estão se relacionando com as informações que adquirem na escola. Cabe ao supervisor fazer a interlocução com os professores, ajudando-os a superar as contradições entre o que pensam, planejam e as respostas que recebem dos alunos. O dia-a-dia do supervisor exige que ele administre seu tempo para cumprir inúmeras tarefas. A formação exige dele, por sua vez, um olhar apurado ao que está sendo realizado em sala de aula; organizar reuniões de reflexões sobre a prática de cada professor; promover discussões grupais; trocar informações e apresentar sugestões. O supervisor necessita, também, fazer intercâmbio dos resultados entre funcionários e pais. Ainda precisa cumprir uma série de atividades burocráticas em relação à organização do

trabalho: análise dos diários de classe; registro de dados dos alunos; entrevistas; relatórios; organização dos registros de observação das salas de aulas; organização de cartas aos professores e das reuniões pedagógicas.

### **Os Docentes**

O professor atuará como mediador entre o aluno e o conhecimento, tendo como responsabilidade facilitar, dar condições, para que a atividade construtiva aconteça, incentivando no aluno a vontade de aprender, fazendo da sua sala um espaço de aprendizagem significativa, desenvolvendo suas aulas através de atividades em equipe. Será ele um animador do processo de aprendizagem, uma pessoa que levanta questões pertinentes, que aproveita caminhos abertos pelos alunos, que incentiva a criatividade na solução de problemas, mantendo na sala de aula um ambiente onde aluno e professor se interaja numa relação de reciprocidade mútua.

Compete ao pessoal docente:

- \_Cumprir a carga horária e o calendário escolar,
- \_Elaborar e executar projetos e planejamentos;
- \_Utilizar a avaliação como instrumento para replanejar seu trabalho;
- \_Realizar a recuperação paralela dos alunos com desempenho insatisfatório;
- \_Participar da organização e realização dos eventos promovidos pela escola;
- \_Zelar pela qualidade da aprendizagem dos alunos
- \_Estabelecer parcerias com as famílias em prol da aprendizagem dos alunos.
- \_Participar das reuniões pedagógicas semanais, buscando favorecer o trabalho coletivo na escola.

### **A Secretaria**

É função do secretário escolar, promover a execução e manter em dia os serviços de escrituração, arquivo, fichário e correspondências escolares, de acordo com a legislação vigente. Para tal, deverá implementar ações conjuntas com a equipe gestora para análises das especificidades ocorridas no dia a dia com relação ao registro de vida escolar dos alunos, situação funcional dos servidores e no atendimento à comunidade escolar, tais como:

- \_Conhecer e aplicar a legislação de ensino na área de sua competência;
- \_Colaborar com a direção da unidade escolar no planejamento, execução e controle das atividades escolares;
- \_Coordenar as atividades da secretaria e do pessoal auxiliar, através de cronograma, tendo em vista a racionalização, qualidade e execução em tempo hábil;
- \_Proceder a escrituração escolar conforme disposto na legislação vigente;
- \_Trazer em dia a legislação em vigor, regimento escolar, regulamentos internos, instruções curriculares, despachos e livros, que dizem respeito às atividades da escola;
- \_Participar das reuniões da escola responsabilizando pela elaboração das atas;
- \_Atender, esclarecer e auxiliar o corpo docente, discente, técnico administrativo e comunidade escolar, assim como o inspetor escolar pelos serviços gerais da secretaria;
- \_Participar da vivência de técnicas inerentes às suas atribuições, através de reciclagens, seminários e outros;
- \_Organizar os arquivos da escola de forma funcional, segura, simples e de fácil acesso;
- \_Manter o grupo de trabalho integrado e harmonizado.

### **Limpeza**

A limpeza do dia a dia consiste em lavar as salas de aula todos os dias e encerrar 02 (duas) vezes por semana, as demais dependências, tanques e áreas externas serão lavadas e varridas todos os dias. Na cantina, além da limpeza do piso, vasilhames, móveis, utensílios e equipamentos será feita diariamente. A faxina geral (rodapés, vidros, paredes, carteiras, congelador, geladeira, fogão, armário, pátio, passeio, organização e limpeza da dispensa) será feita semanalmente. A distribuição dos serviços por servidor será descrita em escala, elaborada pela direção e afixada em local visível.

### **Preparo dos Alimentos**

A preparação dos alimentos, assim como a limpeza dos equipamentos e utensílios utilizados será orientada pela nutricionista. Além do

acompanhamento da nutricionista foi instituído o CAE – Conselho de Alimentação Escolar que dará suporte a todas as ações acima relacionadas e ainda supervisiona a chegada, acondicionamento e a qualidade dos alimentos adquiridos.

### **Portaria**

O atendimento à portaria deverá obedecer as seguintes exigências:

\_O responsável pela portaria deverá obter do visitante informação prévia do assunto e encaminhá-lo à pessoa adequada;

\_Impedir a entrada e permanência de visitantes trajados inadequadamente e sem objetivos fundamentados;

\_Encaminhar a direção e ou supervisão os alunos com atraso superior a 10(dez) minutos para conhecimento e notificação à família;

\_Organizar e acompanhar a entrada e saída de alunos nos ônibus.

É também dever de todo profissional da escola: assiduidade, pontualidade, ética.

Constitui direito de todos os profissionais da Escola Municipal Professora Laura Martins a participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico, ter acesso a todas as informações e participar das decisões a serem tomadas pela escola.

### **3.4 Estrutura Pedagógica**

Para se mudar a realidade é preciso uma ação qualificada que corresponda a uma intencionalidade, mas que é apenas um dos lados da exigência da transformação. O outro é o caráter coletivo, já que através de ações isoladas pouco se avança, em face de problemáticas tão complexas como as envolvidas na prática educativa. O planejamento é desse modo o principal instrumento por meio do qual a escola e os professores asseguram o controle autônomo do seu trabalho.

“O alcance relativo do planejamento no âmbito do sistema educacional sobre as escolas se verifica na medida em que as mudanças propostas confrontam-se com as práticas já consolidadas. Neste processo, as escolas atribuem às proposições oficiais significados muitas vezes distintos das formulações originais. (...) É justamente neste momento que a força do coletivo deve se mostrar, não como uma imposição, mas como elo catalizador, com vistas a orientar um trabalho pedagógico consistente e orgânico ao Projeto Político Pedagógico da escola” (SOUZA -2005).

Ao desenvolver a presente Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental Regular, a Escola Municipal “Professora Laura Martins” propõe o uso de metodologia ativa e participativa, valorizando a auto-estima dos alunos, viabilizando aquisição de conhecimentos básicos, privilegiando o aluno como sujeito de sua aprendizagem numa relação dialógica e dinâmica, buscando resgatar todas as suas dimensões.

Os conteúdos serão tomados como meio para aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades básicas, que permitam ao aluno sua inserção no mundo do trabalho, nas relações sociais e culturais, um cidadão que pensa, seleciona, decide e age.

A contextualização fará parte do trabalho em todas as áreas de conhecimento, do que se passa no mundo onde vivemos e a compreensão das formas de agir e atuar neste mundo, buscando a difusão de conteúdos vivos concretos, associados à realidade social.

A Escola terá responsabilidade de cultivar o “saber fazer” pela postura interdisciplinar em todas as áreas de conhecimento através de um trabalho coletivo, no qual cada profissional comprometido com a transformação do fazer pedagógico comum a todos, possa contribuir para a qualidade do ensino. Para isso, o trabalho será desenvolvido preferencialmente adotando a pedagogia de projetos, de estudos a partir de problematização de temas geradores, relacionados com os conteúdos curriculares. Serão usados recursos didáticos diversificados: debates, pesquisas, entrevistas, júri simulado, excursões, pesquisa de campo, informática, vídeo, material atualizado, etc.

A aprendizagem significativa pressupõe a existência de um referencial que permita aos alunos identificar e se identificar com as questões propostas. Esta postura visa gerar capacidade de compreender e interferir na realidade, numa perspectiva autônoma e desalienante. Se a escola pretende formar cidadãos para o exercício da cidadania, é necessário que incorpore à sua proposta a discussão de questões sociais relevantes e presentes na vida cotidiana do país e do mundo.

Para tal, a escola priorizará um trabalho com atividades de ensino propiciando aprendizagens que contribuam para o desenvolvimento conceitual, procedimental e atitudinal dos alunos, tomando como diretrizes

gerais o “aprender a aprender”, “aprender a fazer”, “aprender a ser” e “aprender a conviver”.

(...) Cabe ao gestor liderar propostas que devem ser retrabalhadas pelos estabelecimentos escolares de modo a deixar claro o calendário escolar, a organização pedagógica, os conteúdos curriculares, as formas de aproveitamento de estudos, os processos avaliativos e as formas de recuperação (quando necessárias) (CURY 2006).

## **AVALIAÇÃO**

Sob a perspectiva da organização por Ciclo e Anos de Escolaridade, a avaliação assume uma dimensão formadora, especialmente no Ensino Fundamental Regular do 1º ao 9º ano. Nesse contexto, a avaliação se configura como fonte de informação para formação de práticas pedagógicas e os registros passam a incorporar referências mais descritivas do desempenho dos alunos ao longo do processo, com ênfase em progressões e não em rupturas.

Sendo assim, a ênfase da avaliação deve ser numa dimensão formativa ou continuada que tem uma função diagnóstica, processual, descritiva, qualificativa e sinalizadora do patamar de aprendizagens consolidadas pelos alunos, de suas dificuldades ao longo do processo e das estratégias de intervenção necessárias a seus avanços.

De acordo com a resolução da SEE/MG nº 1086/08, de 16/04/2008;

### ***PONTOS FUNDAMENTAIS - ORIENTAÇÃO SEE Nº 01/2004***

- *No Ciclo Inicial de Alfabetização deve-se trabalhar com um tempo global de 03 anos para desenvolvimento de um conjunto de capacidades que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia e usar a língua nas práticas sociais da leitura e escrita.*
- *Nas classes de 06 anos a alfabetização deve ocorrer como consequência natural do processo de interação da criança com o mundo da leitura e da escrita.*
- *A progressão continuada dos alunos dentro do ciclo não pode perder de vista os objetivos correspondentes a cada fase.*

- *A partir dos resultados da avaliação contínua poderão ser organizados reagrupamentos dinâmicos para atendimentos dos alunos com necessidades específicas de aprendizagem (temporários e rotativos).*
- *Os registros relativos ao processo de aprendizagem bem como os meios de informação aos pais devem apoiar-se em instrumentos de natureza mais qualitativa como: fichas descritivas, relatórios individuais, cadernos ou diários de campo, portfólios e outros.*
- *O trabalho a ser desenvolvido nas demais áreas curriculares - Matemática, Ciências, Geografia e História, deve ser definido pela equipe de profissionais de cada escola tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais e Referencial para a Educação Infantil, entre outros.*
- *Ao final de cada ciclo, caso o aluno não alcance as capacidades propostas, após terem sido esgotadas todas as estratégias de recuperação, que devem ser registradas e arquivadas na escola, esse aluno poderá exceder a um período de um ano ao final do ciclo.*

## **INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO**

A primeira ação educativa essencial à avaliação é o diagnóstico.

Diagnosticar é coletar dados relevantes, através de instrumentos que expressem o estado de aprendizagem do aluno, tendo em vista objetivos e capacidades que se pretende avaliar, em relação a determinado objeto de conhecimento.

**Observação e Registro:** procedimentos fundamentais ao longo do processo de aprendizagem, desde o momento de diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos até avaliações das capacidades desenvolvidas. Exigem elaboração de roteiros e seleção de recursos mais adequados ao registro (fichas descritivas, relatórios individuais, cadernos, nos quais o professor exercita sua reflexão sobre processos vivenciados pelos alunos e sobre suas próprias práticas e mediações). É imprescindível que o registro contemple:

A identificação da escola, do aluno e turma, do professor e da equipe relacionada ao processo, dos períodos de registro;

- A especificação de objetivos do trabalho no período em foco;
- A explicitação de conteúdos trabalhados no mesmo período;
- A explicitação de atividades e projetos desenvolvidos;
- Observações sobre níveis atingidos pela turma (aspectos comuns ou compartilhados pela maior parte) e pelo aluno particularmente focalizado
- Sugestões de linhas de ação a serem desenvolvidas na própria classe, em outros espaços ou instâncias da escola e em interações com os familiares.

**Provas operatórias:** instrumentos assim designados devido à sua ênfase em operações mentais envolvidas nos conhecimentos que estão sendo processados pelos alunos, ao longo de seu desenvolvimento e de suas aprendizagens. O foco desse tipo de avaliação volta, portanto, para representações, conceitos, capacidades ou estratégias em geral (levantamento de hipóteses, análises, generalização, produção de inferências, aplicação a novas situações, entre outras).

**Auto-avaliação:** Estratégias que proporcionam o levantamento de informações relevantes para regular o processo de construção de significados pelo próprio aluno. Sua principal finalidade é a tomada de consciência pelo aluno, de suas capacidades e dificuldades, de modo a estruturar estratégias, atitudes e formas de estudo, direcionadas para os problemas que enfrentam.

**Portfólio:** Organização e arquivo de registros das aprendizagens dos alunos, selecionados por eles próprios, com intenção de oferecer uma síntese de seu percurso ou trajetória de aprendizagem.

A avaliação de um portfólio comporta três dimensões:

- I - A auto-avaliação pelo aluno;
- II - A avaliação pelo professor – em torno de critérios formais e técnicos (objetivos executados, forma de apresentação) e critérios qualitativos (relativos aos progressos do aluno, tendo em vista seus patamares iniciais e as aprendizagens evidenciadas);
- III - A apresentação de dados concretos sobre os progressos dos alunos para os seus pais.

## **Reagrupamentos Dinâmicos e Estratégias de Intervenção**

O processo de avaliação proposto aqui sinaliza possibilidades de identificação das dificuldades dos alunos. Sabe-se que uma das alternativas para fazer face às dificuldades dos alunos é o reagrupamento.

### **Orientações Pertinentes a Agrupamentos e Reagrupamentos**

- a) **A intervenção do professor:** A intervenção do professor na constituição dos grupos é imprescindível para que os alunos aprendam a entender a importância de observar outros critérios, além da escolha por afinidades ou simpatias. Aprendizagens mais significativas – como trabalhar com diferentes colegas, em diferentes níveis de capacidades, contribuir com quem tem dificuldade, receber ajuda de outro que é mais experiente, trocar idéias e entender diferentes pontos de vista – são razões a serem discutidas com os alunos como base dessa diversidade nas atividades desenvolvidas em sala de aula.
- b) **A definição do número de participantes em cada grupo:** Aconselha-se que se trabalhe com grupos menores – duplas, trios, ou, no máximo, quatro alunos, a depender da atividade proposta. Para grupos organizados por dificuldades, que receberão acompanhamento mais próximo, de forma paralela, é importante que se observe a rotatividade em diferentes grupos, para se evitar a cristalização de relações, de formas de trabalho e, sobretudo, de discriminações de colegas com maiores dificuldades no processo.
- c) **Os critérios de seleção dos participantes do grupo:** Segundo o nível de dificuldade da tarefa, em algumas ocasiões, o professor agrupará os alunos “por similaridade de possibilidades”, em outras, poderá buscar “reunir heterogeneidades extremas”, em outras, poderá adotar o critério de “proximidades relativas”. Se a proposta do professor é introduzir certo conteúdo ou atividade referente à cultura escrita e ao sistema de escrita alfabético (modos de circulação, usos e funções da escrita, exploração da natureza alfabética da escrita ou dos tipos de letras, entre outros), podem ser constituídos grupos mais heterogêneos quanto a conhecimentos prévios e capacidades já consolidadas. Entretanto, se a perspectiva docente estiver voltada para trabalhar e explorar efetivamente certos aspectos dessas aprendizagens, utilizando os próprios colegas como mediadores, o controle das

discrepâncias de níveis e a busca de “proximidades relativas” produziriam avanços mais significativos.

Por outro lado, se a tarefa proposta tiver o objetivo de consolidar certas capacidades, como produzir textos de certo um tipo ou gênero, para circulação com finalidade específica, no contexto escolar ou fora dele, também pode ser válido constituir duplas ou trios com capacidades similares, até mesmo para propiciar diversidade de produções, avanços em hipóteses propostas e possibilidades de trocas e revisões entre grupos.

### **RECUPERAÇÃO**

A escola adotará a recuperação paralela, com uma nova oportunidade de aprendizagem. A recuperação paralela acontecerá no momento em que se manifestarem as dificuldades pelos alunos no processo de aprendizagem será de forma contínua ao longo do ano letivo.

A cada período trabalhado, será dada a oportunidade ao aluno de refazer sua aprendizagem, através de orientação do professor, com trabalho individuais orientados e em grupo, realizados em sala de aula e extraclasse, provas envolvendo os conteúdos que os alunos não dominaram..

### **REGISTRO DE APROVEITAMENTO E FREQUÊNCIA**

O processo de apuração da frequência do aluno será a cargo do professor, que deverá fazer o registro no diário de classe diariamente.

A frequência será apurada no final de cada ciclo e cada série do ensino fundamental regular. O aluno que apresentar uma frequência inferior à exigida de 75%, deverá ser reclassificado no caso de ciclo e no caso de série reprovação.

O registro de aproveitamento do aluno será de forma qualitativa, possibilitando o aluno e a família refletir sobre a sua vida escolar, identificando progressos e dificuldades. O registro será feito em ficha individual contendo as competências básicas cognitivas, procedimentais e atitudinais, para o ciclo inicial e complementar de alfabetização. Para os quatro últimos anos do ensino fundamental regular o registro do desempenho dos alunos será feito através de pontos distribuídos bimestralmente da seguinte maneira: 40% de trabalhos e 60% de provas com a utilização de instrumentos diversificados.

### **CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO**

A classificação e reclassificação serão feitas pela comissão formada por um professor de 1º ao 5º ano e um professor de cada disciplina do 6º ao 9º ano, especialistas e presididas pelo diretor.

Na classificação a escola posicionará o aluno no ciclo e série do ensino fundamental regular compatível com a sua idade, nível de desempenho e conhecimento, segundo o processo de avaliação definido pela escola e será feito:

I – Por promoção para os alunos que cursaram com proveito o ciclo ou série anterior na própria escola.

II – Por transferência para alunos oriundo de outras escolas.

III – Por avaliação independente da escolarização anterior mediante classificação feita pela escola e que defina o grau de desenvolvimento e experiências do aluno.

Na reclassificação, a escola reposicionará o aluno no ciclo ou série do ensino fundamental ou regular diferente daquele indicado no seu histórico escolar, após demonstrar competências básicas através de provas escritas em todos os conteúdos básicos de cada disciplina da base nacional comum.

Não terá direito a reclassificação o aluno que não justificar o motivo da evasão.

Os documentos que fundamentam a classificação e reclassificação serão arquivados na pasta individual e registrados no histórico escolar do aluno.

Após o resultado da classificação e reclassificação, será feito o processo de readaptação do aluno, enturmando-o de acordo com seu nível de desempenho.

### **REGIME DE PROGRESSÃO**

A progressão continuada será adotada nos anos iniciais de alfabetização, permitindo o aluno avanços sucessivos dentro de cada ciclo. Ao final de cada ciclo o aluno que não demonstrar domínio das competências e habilidades básicas estabelecidas para cada ciclo, ficará retido, depois de esgotados todos os recursos de recuperação oferecidos pela escola. Todas as estratégias utilizadas para ampliar as oportunidades de recuperação e aprendizagem do aluno, deverão ser registradas e arquivadas na pasta individual do aluno para análise se sua retenção ou aprovação.

A progressão parcial será adotada para os quatro últimos anos do ensino fundamental regular, a partir da 5ª série podendo beneficiar-se da mesma o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até três disciplinas.

A escola organizará diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo e após o mesmo:

**Estudos Orientados** – a partir de atividades especificamente programadas para atendimento de alunos ou grupos de alunos que demonstrarem dificuldades ao longo do processo de aprendizagem. Será elaborado um projeto de reforço com a participação de todos os professores, que funcionará da seguinte forma: ao final de cada período de trabalho (bimestre) será destinada uma semana, (cinco dias) letivos aos estudos de reforço atendendo aos alunos com dificuldades na aprendizagem. Durante esta semana não serão introduzidos nenhum conteúdo novo. Serão planejadas atividades para revisão e fixação de conteúdos já trabalhados. Os alunos que não necessitarem de reforço, serão distribuídos nas turmas, para um trabalho de monitoria, ajudando os colegas e auxiliando os professores. Serão dadas atividades avaliativas diversificadas recuperando também a nota do aluno.

**Estudos orientados presenciais** – imediatamente após o ano letivo para os alunos que não apresentaram domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para série em curso. Estes estudos funcionarão da seguinte forma: serão planejadas atividades específicas para uma reorientação dos conteúdos não aprendidos em todas as disciplinas. Os alunos participarão das aulas com novas orientações e serão submetidos a novas atividades diversificadas, como provas, trabalhos, estudo dirigido e serão distribuídos pontos, para efeito de aprovação. Serão anulados os pontos acumulados anteriormente.

**Estudos Independentes** – a ser realizado no período de férias escolares. Será planejado pelos professores de cada disciplina, devendo os mesmos, comunicar os alunos com antecedência, orientando-os em relação ao conteúdo a ser estudado, os trabalhos a serem executados, como também a data, dia, horários estipulados para realização das provas, que deverão acontecer na última a que antecede a primeira semana letiva do ano. Serão distribuídos 40% dos pontos em trabalhos e 60% em provas para efeito de aprovação. A família

deverá ser comunicada do estudo, para orientação do(a) filho(a). o aluno que apresentar um aproveitamento inferior a 60% em até duas disciplinas será submetido do regime de progressão parcial e em três disciplinas será retido.

### **PROGRESSÃO PARCIAL**

**Estudos Orientados** – ao longo do primeiro e segundo semestre do ano letivo em curso, para os alunos em regime de progressão parcial, podendo os mesmos ser liberados do processo tão logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas. A estes alunos serão oferecidas orientações de estudos com atividades diversificadas e avaliação em duas etapas.

1ª etapa – realizada nos meses abril e junho utilizando duas provas e um trabalho. As provas serão elaboradas de acordo com o conteúdo discutido e sistematizado no trabalho. Serão distribuídos 100 pontos em cada etapa da seguinte forma: 30 pontos para o trabalho e 70 pontos para as duas provas (35 para cada). O aluno com aproveitamento igual ou superior a 60% será aprovado e liberado do processo de progressão parcial. E o aluno com aproveitamento inferior a 60% terá nova oportunidade na segunda etapa realizada nos meses de setembro e novembro obedecendo aos mesmos critérios da 1ª etapa. Os estudos orientados para os alunos em regime de progresso parcial serão de responsabilidade do professor regente no que diz respeito ao planejamento, acompanhamento e avaliação sob orientação da equipe pedagógica e direção.

### **DISCIPLINA**

A escola deve valorizar a independência, a liberdade, a iniciativa e a autonomia. Na realidade, o mundo mudou e não é o mesmo de nossos pais. Quem está na escola hoje é outro ser humano, com exigências e necessidades diferentes.

Faz-se necessário, então, pensar no que será possível fazer no espaço da escola para superar os problemas de (IN) disciplina. Trata-se de pensar na relevância da atuação do profissional. A partir do conhecimento do desenvolvimento moral do aluno e da relação interpessoal, ele poderá atuar e transformá-lo, a fim de que o mesmo tenha uma significativa atuação na sociedade.

Logo, a função da escola é dar ao aluno condições para modificar certos comportamentos, adquirir e desenvolver outros, para tornar-se uma pessoa equilibrada, capaz de dirigir a si mesma, fazer opções e sentir-se segura onde quer que se encontre. Isto significa que o que deve regular a relação é uma proposta de trabalho fundada intrinsecamente no conhecimento. Por meio dela, propor a observância de regras, de semelhanças e diferenças, de regularidades e exceções.

A disciplina torna-se um fator imprescindível para a conquista do saber. Sem disciplina, o trabalho escolar não alcança suas finalidades. O ambiente precisa estar harmônico, tranquilo. Ela deve ser consciente na medida em que deve nascer da experiência social, da atividade prática do trabalho escolar, tornado-se exigência e tradição própria da comunidade escolar. É preciso que o indivíduo, desde a mais tenra idade, compreenda a importância das normas e das regras para o bem comum, e conseqüentemente, para o seu próprio bem. Assim, nem sempre punir é a única solução, pois esta só terá valor para o indivíduo se este souber entender o motivo da mesma. É preciso sensibilizar, firmar os valores essenciais para a boa convivência, despertar os sentimentos de respeito mútuo, lealdade, solidariedade.

### **Sanções Disciplinares**

Ao construir as regras com os alunos a escola está contribuindo para o desenvolvimento da autonomia dos mesmos. O espaço escolar deve ser organizado e por isso o não cumprimento das mesmas implicará em sanções. Em situações que necessitem a adoção de medidas disciplinares serão empregadas sanções, devendo para tal guardar uma relação de proporcionalidade com o ato cometido, utilizando da mais branda a rígida, na ordem que se segue:

- 1) Advertência verbal (duas);
- 2) Advertência por escrito (uma);
- 3) Advertência aos pais (duas);
- 4) Suspensão da sala de aula (o aluno deverá realizar as atividades em outro ambiente da escola ou em casa com orientação da escola por 02 a 03 dias);

5) Encaminhamento à Associação de Pais e Mestres para providências cabíveis;

6) Encaminhamento do aluno ao Conselho Tutelar e ou ao Ministério Público.

### **Espaço para o Trabalho Coletivo**

O espaço constante de trabalho coletivo na escola é absolutamente fundamental para a mudança da instituição, tanto em termos de despertar, qualificar e avaliar a intervenção.

As reuniões pedagógicas são espaços de reflexão crítica, coletiva constante sobre a prática de sala de aula e da instituição, onde se dá:

- \_ Troca de experiências;
- \_ (Re) planejamento;
- \_ Sistematização da própria prática, resgate do saber docente;
- \_ Pesquisa, estudo
- \_ Desenvolvimento da atitude de cooperação e co-responsabilidade;
- \_ Elaboração de formas de intervenção pessoal;
- \_ Avaliação do trabalho.

Serve de subsídio para a supervisão acompanhar o trabalho dos docentes, observar sua participação e ter elementos mais concretos para o diálogo.

### **Normas para o Funcionamento da Escola**

#### **Uniforme**

O uso da blusa de uniforme é indispensável. Ele é uma forma de segurança e identificação do aluno.

#### **Conservação da Escola**

A conservação do patrimônio escolar: móveis, utensílios e equipamentos é de responsabilidade de todos, portanto, qualquer dano deverá ser ressarcido.

#### **Recomendações Gerais à Comunidade Escolar**

- O aluno só deverá trazer objetos que façam parte do seu material escolar.
- A escola não se responsabiliza pela perda de dinheiro e/ou objetos pessoais.

- Os professores deverão realizar a chamada dos alunos todos os dias. Após cinco faltas consecutivas o aluno será encaminhado ao Conselho Tutelar.
- As reuniões com os responsáveis acontecerão periodicamente. Estes momentos são próprios para conhecer melhor a proposta pedagógica da escola, participar do desenvolvimento escolar dos filhos, além de favorecer a integração entre a família e a escola.
- Os pais deverão ser encaminhados a equipe pedagógica (diretor, especialistas) para quaisquer esclarecimentos sobre a vida escolar de alunos, evitando desta forma interromper as aulas, para não prejudicar a carga horária.
- Evitar permanecer sem objetivos no recinto escolar para não tumultuar as atividades de rotina da escola.
- Zelar sempre pela ética e os bons costumes para a convivência no dia-a-dia.

#### **4. Currículo**

A Escola Municipal “Professora Laura Martins” oferece o Ciclo Inicial de Alfabetização (1º ao 3º ano), o Ciclo Complementar de Alfabetização (4º e 5º ano) e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A escola adotou o ensino fundamental de nove anos.

Diante do exposto, a escola deverá contemplar os ciclos de formação privilegiando a continuidade da trajetória escolar do aluno, respeitando seu processo de desenvolvimento e aprendizagem (características, ritmo, interesses, história de vida, etc.). Deverá ter como parâmetro não um programa, mas sim os próprios educandos, nas suas relações (entre si, com os educadores e com a realidade). A concepção de currículo é algo dinâmico e complexo, não se restringindo apenas à simples prescrição de conteúdos. O foco central deve ser a formação humana por meio de desenvolvimento de capacidades e de competências mínimas para a participação produtiva na sociedade que são: domínio da leitura e da escrita, capacidade de fazer cálculos e resolver problemas, capacidade de analisar, de sistematizar e interpretar dados, fatos e situações, capacidade de compreender e atuar em seu entorno social.

Propõe-se então a interdisciplinaridade. Interdisciplinaridade implica em uma vontade e compromisso de elaborar um contexto mais globalizado no qual cada uma das disciplinas em contato com as outras são por sua vez modificadas e passam a ter uma interdependência. Assim, o currículo pode ser descrito como um projeto educacional planejado e desenvolvido a partir de uma seleção da cultura e das experiências das quais se deseja que as novas gerações participem de forma significativa e contextualizada contribuindo para a formação do sujeito.

Para tanto, no ensino fundamental do 1º ao 9º ano terá a base nacional comum: Língua Portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, artes, educação religiosa, educação física. A parte diversificada inclui Língua estrangeira (inglês) tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. Além destes, de acordo com as características regionais e locais, precisam ser ministrados os seguintes eixos temáticos:

- Valorização da cultura Afro-brasileira;
- Meio ambiente;
- Solidariedade;
- Relações trabalho e consumo;
- Sexualidade
- Saúde;

A expectativa é que esse conjunto de conhecimentos e valores possa contribuir para que os alunos construam sua identidade como cidadãos e que sejam protagonistas de suas ações de forma responsável, solidária e autônoma.

Os eixos temáticos acima estão baseados em documentos oficiais, LDB - Lei Federal 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996; Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Lei nº 10.639. Esta última que trata da obrigatoriedade do ensino da História da África que deve ter prioridade no estudo de Artes, Literatura e História. A escola enquanto instituição social responsável por assegurar o direito à educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e

qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política.

Enfim, a proposta curricular deverá dentro de suas intencionalidades educativas prever no seu processo pedagógico a formação das identidades, sem esquecer a importância dos locais privilegiados onde se aprende: as bibliotecas, museus, teatros, cinemas, enfim espaços sócio-culturais.

## **5. TEMPO ESCOLAR**

### **5.1 CALENDÁRIO ESCOLAR**

O calendário escolar terá por finalidade assegurar o cumprimento dos 200 dias letivos e 833 horas e 20 minutos anuais, de efetivo trabalho escolar. São 04 horas em sala de aula para os anos iniciais e nos anos finais são cinco horários diários, de cinquenta minutos cada um. Além do intervalo para o lanche: 10 minutos para o 6º ao 9º ano e 15 minutos do 1º ao 5º ano. Os horários de funcionamento são os seguintes: Matutino de 08h00min às 12h20min e Vespertino de 13h00min às 17h20min.

Serão considerados como dias escolares os dias destinados à realização de assembleias da comunidade escolar, planejamento e reuniões técnico-pedagógicas, avaliação de trabalho realizado na escola, orientação para os estudos complementares, programações culturais, cívicas e pedagógicas da escola do município. O calendário escolar terá especificado início e término dos períodos letivos, férias e recesso escolares. São 30 dias de férias e 30 dias de recesso escolares. Serão considerados como dias letivos os que envolvem alunos e professores em atividades do processo ensino-aprendizagem.

O calendário também prevê os sábados letivos, as reuniões pedagógicas que acontece toda terça-feira de 17h30min às 19h30min, horário diferente do horário de aula, dias de planejamento e conselho de classe, e os estudos orientados presenciais. O ano letivo se divide em quatro bimestres.

Será exigida do aluno uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco) do total da carga horária prevista no final do ciclo inicial e complementar de alfabetização e 75% (setenta e cinco) para o final de cada ano dos anos finais do ensino fundamental.

As reuniões com as famílias acontecem sistematicamente no início e término do ano letivo, ao final de cada bimestre e extraordinariamente quando necessitar.

As reuniões da Associação de Pais e Mestres acontecerão ordinariamente 01 (uma) vez ao mês e extraordinariamente quando necessitar.

## **5.2 MATRÍCULA E TRANSFERÊNCIA**

A escola fará a matrícula nos períodos estabelecidos na resolução anual do cadastro escolar.

Serão admitidos à matrícula os candidatos que preencherem os requisitos relativos à documentação exigida. A matrícula será efetivada a cada ano inicial e do 6º ao 9º ano.

Será cancelada a matrícula para o aluno que sem justificativa não comparecer à escola até o 20º (vigésimo) dia letivo consecutivo, após o início das aulas ou a contar da data da efetivação da matrícula, se esta ocorreu durante o ano letivo ou em caso de transferência, não apresentar o histórico escolar no prazo de 30 (trinta) dias.

A escola expedirá a transferência do aluno em qualquer época do ano, devendo o pedido ser feito por escrito pelo aluno se maior de idade, pais ou responsáveis ressalvadas as condições de obrigações destes para com a escola.

A transferência advinda da escola da mesma cidade será aceita pela desde que haja vaga e a todo o momento quando a transferência vier de outras cidades.

## **5.3 Reorganização do Tempo e do Espaço Escolar**

- 1- Reagrupamento dos alunos com maiores dificuldades em relação à idade/etapa do ciclo, para atendimento em suas necessidades específicas.
- 2- Reagrupamento dos alunos na própria classe, em determinado horário, tendo em vista a realização de um trabalho independente pela maioria da turma, enquanto o professor trabalha junto a outro grupo.
- 3- Reagrupamento de alunos com as mesmas dificuldades extra-classe com professor recuperador.

- 4- Reagrupamento de alunos com baixo desempenho de atividades, de revisão e fixação de conteúdos já trabalhados, utilizando os próprios alunos como monitores no processo.

*De acordo com a Resolução SEE nº 469/03, de 22/12/03;*

**Art. 17** – *Diferentes possibilidades de agrupamento e reagrupamento dos alunos devem ser utilizadas pela escola como estratégia pedagógica para garantir a efetiva aprendizagem de todos:*

*I – Turmas organizadas por idade e níveis próximos de aprendizagem.*

*II – Grupos temporários de alunos da mesma turma ou de turmas distintas, organizados para atendimento diferenciado, sempre que possível, os alunos do mesmo ciclo devem ser matriculados no mesmo turno.*

Todo espaço escolar precisa favorecer a aprendizagem, sendo assim, ele precisa ser um espaço acolhedor, afetivo e atraente. Ele precisa trabalhar de forma significativa procurando atender as expectativas das partes interessadas.

## **6. PROCESSOS DE DECISÃO**

A Escola Municipal “Professora Laura Martins” pretende desenvolver um trabalho democrático, onde toda comunidade escolar através de seus representantes possam participar do processo decisório nos setores administrativo, pedagógico e financeiro.

Em uma gestão democrática todas as pessoas ligadas a escola podem fazer-se representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Isto ocorre devido a integração da sociedade com a escola mediante a efetivação do Conselho escolar com representações da comunidade (GONÇALVES. et.al. 2001)

No conselho de classe as decisões serão coletivas, após reflexão e análise de cada situação que envolva a aprendizagem dos alunos. Serão elaboradas coletivamente com a Associação de Pais e Mestres normas de convivência no ambiente escolar, as quais deverão ser cumpridas por todos.

**A Associação de pais e mestres** é uma sociedade civil sem fins lucrativos. É composta pelos segmentos de pais, professores, funcionário de apoio da escola e Diretor escolar. Tem como finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre famílias, alunos e professores, promovendo a integração: poder público-comunidade-escola-família. A Associação interage junto à escola promovendo o bem estar da

comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social; promove a cooperação e aproximação dos membros da comunidade escolar; contribui para a solução de problemas inerentes a vida escolar e administra de acordo com as normas legais que regem a atuação da APM, os recursos provenientes de subvenções, convênios e arrecadações da instituição.

**O Conselho de Classe** acontecerá de acordo com o previsto no calendário escolar e sempre que necessário, durante o ano letivo. O Conselho de classe conta com a participação do diretor, equipe pedagógica e professores.

O conselho de classe tem o objetivo de discutir as dificuldades detectadas na aprendizagem dos alunos e propor alternativas de solução e encaminhamentos de ações conjuntas.

O papel do diretor nesse processo é muito importante, isso se ele acreditar que não há administração satisfatória sem a participação de todos, e de que não haverá participação condizente de todos, sem o papel de coordenador. Para que aconteça essa participação é preciso que o gestor se proponha, conscientemente, a impor o menos possível; a aceitar a amorosidade de um processo participativo; a superar o medo de ser julgado e ainda perder alguns privilégios; a ter de conviver com idéias diferentes ou contraditórias as suas e a de conter sua tendência mais ou menos centralizadora, individualista a tomar decisões (GONÇALVES. et.al. 2001)

## **7. RELAÇÕES DE TRABALHO**

A escola pretende ampliar a integração de seus profissionais, estimulando assim a prática de trabalhos coletivos e cooperativos. A relação entre os profissionais se dá através do respeito mútuo e do diálogo, pautada num clima de confiança e solidariedade. Os acontecimentos são discutidos visando a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Nesse sentido,

A comunidade eficaz é tida como a base para criação de confiança da interação entre o grupo. O líder tem que ser confiável, previsível e justo na sua relação, essa confiança pode ser construída se os líderes delegarem poder aos seus liderados, fortalecendo o seu pessoal e a instituição através de um estilo eficaz de relacionamento (GONÇALVES.et.al 2001).

São promovidas ao longo do ano reuniões, grupos de estudo, eventos que propiciam a participação de todos os profissionais. A escola valoriza as relações interpessoais como fator determinante para o bom desempenho das ações.

## **8. AVALIAÇÃO**

Não é possível falar em educação de qualidade sem conceber a avaliação como elemento fundamental desse processo. A avaliação precisa ser contínua, diagnóstica e processual. Apenas através da avaliação é possível diagnosticar, conhecer os pontos fortes e fracos da instituição.

Assim, além da avaliação do desempenho dos estudantes, deve-se procurar estabelecer um cronograma que contemple as demais dimensões do processo educativo, tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes e não-docentes (NAVARRO. et.al-2004)

Avaliar propicia o repensar. Repensar atitudes, conceitos e práticas, para que a partir desse diagnóstico possa buscar alternativas através do (re) planejamento de objetivos estratégicos, metas e ações. Contudo, só terá efetividade se contar com uma participação de todas as partes interessadas, tornando assim um processo significativo, real e abrangente.

Sendo assim, a avaliação do Projeto Político será de responsabilidade da comunidade escolar, numa ação coletiva. A avaliação deve ter como base a visão global da instituição subsidiado por observações e registros obtidos no decorrer da implementação do PPP. Ao final de cada semestre será realizada uma reunião com todos os envolvidos no processo educativo, analisando detalhadamente os objetivos, resultados alcançados, e reestruturando o plano de ação.

Tornar a avaliação um processo interno à escola como instituição, incorporar a cultura democrática à avaliação coletiva sobre os rumos que esta instituição deve seguir não é apenas definir o que e como avaliar, mas implica decidir por que avaliar determinados aspectos em detrimento de outros [e isto se refere a uma concepção de escola e de sociedade] e implica decidir por que medidas, que ações desenvolver a partir do conhecimento dos resultados (SOUZA. et al, 2005).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/05/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/05/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/05/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Avaliação: o processo e o produto.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/06/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Avaliação institucional: a avaliação da escola como instituição.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/06/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Níveis de Planejamento Educacional.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/06/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **O campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/06/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **O Direito à educação: Um campo do gestor educacional na escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Propostas Curriculares alternativas.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13/06/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Discursos nas políticas de currículo.** Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/lopes.pdf>. Acesso em 13/06/2011

ESCOLA DE GESTORES-MEC. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão.** Disponível em [http://nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/gestão escolar. pdf](http://nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/gestao%20escolar.pdf). Acesso em 13/06/2011